



Banco HSBC S.A.

Av. Juscelino Kubitschek, 1.909, 19º Andar - Torre Norte - São Paulo
CNPJ Nº 53.518.684/0001-84
www.hsbc.com.br

Relatório da Administração

Aos nossos clientes, ao mercado e ao público em geral

Submetemos à apreciação de V.Sas. as informações financeiras do Banco HSBC S.A., “Banco”, “HSBC” ou “HSBC Brasil”, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

O Banco faz parte de uma das maiores e mais sólidas instituições financeiras internacionais, a HSBC Holdings plc, com sede no Reino Unido, com mais de 150 anos de tradição e experiência em todo o mundo.

Resultados

O Banco HSBC S.A. encerrou o exercício em 31 de dezembro de 2025 com patrimônio líquido no montante de R\$ 1.538.961 mil, tendo registrado um lucro líquido de R\$ 216.192 mil.

Gestão de riscos

Nossas atividades envolvem em graus variados a análise, avaliação, aceitação e gestão de riscos ou combinações de riscos. A estrutura de gerenciamento de risco garante que nosso perfil de risco permaneça conservador e alinhado ao apetite de risco e estratégia, determinados pelos seguintes princípios:

- gestão integrada: o apetite a risco considera riscos financeiros e não-financeiros, e é expresso em termos qualitativos e quantitativos, em escala global, regional e local;
- posição financeira: forte capitalização assim como gestão de liquidez e gestão de ativos e passivos local;
- modelo operacional: retornos gerados em linha com os riscos assumidos; diversificação e sustentabilidade das receitas visando entregar retornos consistentes aos acionistas;
- práticas de negócio: tolerância zero para fazer operações que comprometam a reputação da instituição, prejudiquem clientes, descumpram normas legais, regulatórias e internas, ou envolvam conduta inadequada de funcionários.

Gestão Integrada de Riscos

O HSBC Brasil atua no gerenciamento dos riscos a que está exposto de forma integrada, avaliando todos os impactos conjuntamente com base na abordagem de Gestão Integrada de Riscos determinada pelo Grupo HSBC e têm como objetivos suportar uma cultura forte de risco em toda a organização, assegurar uma gestão de riscos consistente e compreensiva, permitir adequada tomada de decisão com base em ampla visibilidade e consciência dos riscos e assegurar que os riscos assumidos estejam de acordo com a natureza e os níveis pré-estabelecidos em sua declaração de apetite a riscos.

Essa abordagem está de acordo com a Resolução CMN 4.557/17 que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e de capital das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

Para maiores informações sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e de capital consulte o site: www.hsbc.com.br.

Cultura de Risco

Cultura de Risco engloba nossas normas, atitudes e comportamentos sobre conscientização dos riscos, tomada de riscos e gerenciamento de riscos. A cultura do risco é um elemento crítico e permeia todas as atividades do HSBC.

Papéis e Responsabilidades

O HSBC Brasil possui uma área de gerenciamento de riscos independente das áreas de negócio, mas todo funcionário do Grupo é responsável pela identificação e gerenciamento de riscos no âmbito de seu papel como parte do modelo de três linhas de defesa e este é aplicável a todos os tipos de risco. As três linhas de defesa estão organizadas da seguinte forma:

- A Primeira Linha é a proprietária dos riscos e controles e responsável por identificar, avaliar, gerenciar e reportar os riscos existentes e emergentes, assegurando que as análises e controles são adequados para mitigar os riscos e mantê-los de acordo com o apetite da organização;
- A Segunda Linha determina as políticas e orienta, supervisiona e desafia as atividades da Primeira Linha para garantir que estas tenham cumprido os requisitos mínimos para gerenciamento de risco, e estejam de acordo com o apetite a risco pré-estabelecido;
- A Terceira Linha é a Auditoria Interna, responsável por fornecer revisão e avaliação independente à Diretoria e ao Grupo HSBC, garantindo que os processos de gerenciamento de risco, governança e controle interno foram projetados e operam de forma eficaz.

Padrões Globais

Temos o compromisso de desenvolver padrões globais moldados pelos mais altos e eficazes padrões de *compliance* contra crimes financeiros disponíveis nas jurisdições onde o HSBC opera e implantá-los consistentemente em escala global.

Por definição, o impacto dos padrões globais abrange toda a organização, e os principais meios pelos quais aplicamos elevados padrões se dá através da utilização universal dos Valores do HSBC, sistemas de governança robustos e das práticas, desempenho e reconhecimento de todos os nossos colaboradores na gestão de relacionamentos de alta qualidade com nossos clientes.

Nossos valores, a boa governança e o compromisso de operar de forma sustentável orientam a forma como administramos o nosso negócio e nos ajudam a criar valor para os nossos *stakeholders*.

Em linha com a nossa ambição de ser reconhecido como o principal banco internacional do mundo, temos a aspiração de definir o padrão da indústria com relação a conhecer nossos clientes e detectar, impedir e proteger contra crimes financeiros. Como os mercados internacionais tendem a se tornar mais interligados e complexos e, como ameaças ao sistema financeiro global tendem a crescer, estamos fortalecendo ainda mais as políticas e práticas que regem a forma como fazemos negócios e com quem.

Temos focado em continuar com a aplicação dos nossos padrões e em nossa capacidade de identificar e assim evitar o uso indevido e abuso do sistema financeiro. Através de nossas redes tomamos ações imediatas para fortalecer nossos processos de governança e nos comprometemos a adotar e aplicar os mais elevados e mais eficazes padrões de *compliance* contra crimes financeiros em todo o HSBC.

Continuamos a reforçar a importância de *compliance* e aderência aos nossos padrões globais através da construção de fortes controles internos, desenvolvendo capacidades de classe mundial através da comunicação, treinamento e programas de garantia para termos certeza que os funcionários entendam e possam assumir suas responsabilidades, e redesenhar elementos fundamentais de como nós avaliamos e recompensamos os executivos seniores.

Padrões nos permitem:

- Fortalecer a nossa resposta à ameaça constante de crime financeiro;
- Tornar consistente - e, portanto, simplificar - as maneiras pelas quais nós fiscalizamos e impomos altos padrões no HSBC;
- Reforçar as políticas e processos que regem a forma como fazemos negócios e com quem; e
- Garantir que nós sempre apliquemos os Valores do HSBC.

Desde 2014 o Grupo HSBC vem implementando diversas ações para mitigação de riscos de clientes, produtos e operações. Três programas fundamentais estão sendo constantemente revisitados com o propósito de aprimorar o conhecimento sobre os nossos clientes, fortalecer o combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo e assegurar o cumprimento das sanções e o combate ao suborno e à corrupção.

Risco de Mercado

O objetivo da administração de Risco de Mercado do HSBC Brasil é gerenciar e controlar as exposições oriundas dos fatores de Risco de Mercado a fim de otimizar o retorno sobre o risco e ao mesmo tempo manter um perfil de risco consistente com o Apetite de Risco estabelecido pela instituição.

O HSBC Brasil possui uma área independente responsável pelo gerenciamento e controle de Risco de Mercado, tal área é responsável por mensurar e reportar as exposições de risco de mercado em conformidade com as políticas definidas pelo HSBC, além de monitorar e reportar diariamente essas exposições em relação a limites pré-estabelecidos. A área de gerenciamento de risco de mercado é responsável por avaliar os riscos de mercado que surgem em cada produto e assegurar que estes sejam transferidos e gerenciados pela área de Tesouraria.

A função de controle de Risco de Mercado tem como objetivo mensurar, monitorar, analisar e reportar as exposições sujeitas ao risco de mercado. As atividades de monitoramento de Risco de Mercado abrangem:

- Execução de processos diários de mensuração das métricas de risco de mercado, tais como VaR, PVBPs (DV01), FX Exposure;
- Cálculo e análise de cenários de estresse (stress test);
- Análise e comparação das exposições ao risco de mercado com os respectivos limites estabelecidos;
- Elaboração dos relatórios para envio à área de negócios e área global de riscos;
- Consolidação de informações relevantes para comitês e Alta Administração do banco.

Risco de Crédito

A cultura de gerenciamento do Risco de Crédito do Grupo HSBC em todos os países e regiões onde atua é dedicada a atingir e manter os seus ativos em alto grau de qualidade. Isso requer padrões elevados de profissionalismo e disciplina aplicados consistentemente na gestão do risco de crédito. Essa cultura universal é essencial para o sucesso no controle e no gerenciamento de risco buscando minimizar as perdas de crédito e aumentar o retorno sobre o risco ajustado, contribuindo assim para o sucesso geral da organização.

A área responsável pelo Risco de Crédito segue tanto às exigências locais como as diretrizes estabelecidas pela Diretoria Executiva e pelo Grupo HSBC através da elaboração e manutenção das políticas e do manual de crédito locais, assim como o estabelecimento e monitoramento de controles de acompanhamento.

De acordo com alçadas delegadas pela Diretoria Executiva, a área de Risco de Crédito avalia e autoriza a realização de transações de acordo com as políticas vigentes de forma independente da área de negócios.

Risco Social, Ambiental e Climático

A cultura de Risco Social, Ambiental e Climático do grupo HSBC tem como objetivo garantir que os serviços que o HSBC fornece aos seus clientes em apoio ao desenvolvimento econômico não resultem em impactos inaceitáveis na sociedade e no meio ambiente. Procuramos um equilíbrio entre aspectos econômicos, sociais, ambientais e climáticos.

O HSBC atua com responsabilidade social, ambiental e climática a partir das definições estratégicas, alinhadas às leis e normas que regulamentam os temas, tanto locais quanto as que impactam o grupo HSBC globalmente, bem como os pactos e compromissos assumidos voluntariamente pelo grupo HSBC.

O HSBC no Brasil atua proativamente no gerenciamento do Risco Social, Ambiental e Climático levando em consideração que estes riscos são transversais às diversas modalidades de riscos a que estão expostos, a exemplo de riscos de mercado, crédito, operações e reputação.

Risco Operacional e demais Riscos Não-Financeiros

A gestão de Risco Operacional e demais Riscos Não-Financeiros é considerada essencial pelo HSBC para a manutenção de um ambiente de risco robusto que permita o bom desenvolvimento dos negócios, dentro do apetite de risco estabelecido, atingindo resultados sustentáveis.

A estrutura de gerenciamento de Riscos Operacionais e demais Riscos Não-Financeiros está em conformidade com o ambiente regulatório local e externo, através das políticas e governança definida e implementada pelo Grupo HSBC.

Gerenciamento de Capital

O Banco HSBC S.A. (HSBC) gerencia seu capital de forma contínua, em concordância com o exposto na Resolução 4.557 de 23/02/2017 e atualizações posteriores.

O Gerenciamento de Capital é um processo contínuo de monitoramento e controle pelo HSBC do capital e instrumentos elegíveis em face aos riscos aos quais a instituição está exposta e em concordância com o planejamento de metas e necessidades adicionais de capital, considerados a regulamentação aplicável, os objetivos estratégicos do Banco HSBC, o ambiente econômico e os negócios em que opera.

A projeção da disponibilidade de capital é realizada tomando-se para cada período a geração de resultados líquidos (formação primária de Capital Principal) e eventuais injeções ou reduções programadas de capital, efetuadas de acordo com as políticas e diretrizes do Grupo HSBC relacionadas ao mercado e à concentração de investidores, aos custos, às condições de mercado e aos efeitos no perfil de composição e maturidade do capital total.

A necessidade de capital é projetada conforme sua componente na formação dos ativos ponderados ao risco para cada uma das parcelas regulatórias:

- RWA* para Risco de Crédito: projetada de acordo com as metas e volumes para posições *ON* e *OFF balance*, por produtos e linhas de negócios, conforme plano de negócios e orçamento aprovados pela diretoria executiva do HSBC;
- RWA* para Risco de Mercado: projetado de acordo com os níveis de utilização dos limites trading;
- RWA* para Risco Operacional: projetada conforme as metas de receitas e despesas, conforme plano de negócios e orçamento aprovados pela diretoria executiva do HSBC.

Projetadas as disponibilidades e necessidades de capital, ambas são confrontadas a partir dos índices de capital e comparadas aos respectivos apetites declarados no *RAS (Risk Appetite Statement)*. O apetite a risco tem por finalidade a cobertura de todos os riscos mensuráveis no Pilar I e da disponibilidade de *buffers* para a cobertura dos riscos cobertos pelo Pilar II.

	31/12/2025	31/12/2024
Capital Total (PR)	1.961.974	1.729.772
Capital Principal (CET1)	1.392.078	1.171.066
Capital Social	1.038.778	972.478
Reservas de lucros + ajustes de avaliação patrimonial	538.071	367.514
(-) Ajustes Prudenciais	(69.771)	(90.926)
(-) Dividendos + JSCP	(115.000)	(78.000)
Capital Adicional de Nível I (AT1)	569.896	558.706
Capital de Nível II (T2)	-	-
<i>RWA</i>	8.866.456	9.170.585
Risco de Crédito	6.279.138	6.327.265
Risco de Mercado	1.430.450	1.575.568
Risco Operacional	1.156.868	1.267.752
Índice de Capital Principal	15,70%	12,77%
Índice de Capital de Nível 1	22,13%	18,86%
Índice de Capital Total (Índice de Basileia)	22,13%	18,86%

Controles Internos e Compliance

O HSBC Brasil conta com sua estrutura de controles internos, principal responsável por implementar e disseminar a cultura de controles e uma estrutura de *compliance*, para assegurar que seus administradores e gestores atendem para o fiel cumprimento dos regulamentos e normas aplicáveis aos seus negócios, de acordo com a Resolução CMN nº 4.968, de 25 de novembro de 2021 e alterações posteriores, a qual trata da estrutura de controles internos aplicáveis às instituições financeiras, bem como às demais normas e regulamentos que tratam da conduta da instituição, principalmente em questões que envolvem o tratamento adequado e transparente aos clientes, órgãos reguladores, demais autoridades e práticas de mercado em geral, como por exemplo a Resolução nº 4.595, de 28 de agosto de 2017, do CMN, que dispõe sobre a política de conformidade (*compliance*).

Foram dispensados cuidados adicionais para a prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo, com especial observância ao disposto na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, e alterações posteriores (Lei 12.683 de 09 de julho de 2012 e Lei 13.260 de 16 de março de 2016), bem como às normas complementares estabelecidas pelo COAF, CVM e Bacen, incluindo a Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021 e a Circular nº 3.978 de 23 de janeiro de 2020 (alterada pela Resolução 119/2021 do BACEN). Todos os procedimentos e políticas de prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo são supervisionados pelo Executivo (*Officer*) de Prevenção à Lavagem de Dinheiro com suporte da equipe de monitoramento de clientes e transações do Grupo HSBC no Brasil.

Relatório de Equidade

Valorizar as diferenças é um dos valores do HSBC.

Acreditamos que somos melhores quando respeitamos as diversidades. Por isso, primamos por uma cultura em que os colegas podem ser eles mesmos, gerando um ambiente rico de diferentes origens, gêneros, experiências e perspectivas, o qual também nos ajuda a inovar, aprimorar a colaboração, aumentar a agilidade e a crescer de forma sustentável, abrindo um mundo de oportunidades para todos.

Tendo isso em mente, o HSBC adota critérios e metodologias próprias para análises salariais entre homens e mulheres, prezando a transparência e pilares de diversidade, equidade e inclusão, sendo os principais fatores: as funções, responsabilidades, senioridade, estrutura de lotação e nível hierárquico (“GCB” ou “Global Career Band”).

Considerando o novo art. 133 da lei 6.404/76, já em vigor, apresentamos as informações de equidade de gênero no quadro consolidado com base em 31 de dezembro de 2025, e informamos que a evolução comparativa prevista no inciso IV do parágrafo 6º será apresentada ao final do exercício findo em 2026.

Níveis Hierárquicos	Proporção da Remuneração	Proporção de Mulheres
	total entre gêneros	no total de contratos
Administração da Companhia	*	0%
GCB 3	0,7	31%
GCB 4	0,9	34%
GCB 5	1,0	30%
GCB 6	1,2	49%
GCB 8 - Estágio	1,0	48%
GCB 8 - Jovem Aprendiz	**	100%
31 de Dezembro de 2025		

* Não há mulheres contratadas nesse nível hierárquico para comparativo.
** Não há homens contratados nesse nível hierárquico para comparativo.

Demonstrações Financeiras

O Comitê de Auditoria revisou em 24 de Março de 2026 as demonstrações financeiras do Banco HSBC S.A. de 31 de dezembro de 2025, conferindo a transparência e qualidade, bem como confirmando a veracidade e integridade das informações apresentadas.

A Diretoria aprovou em 24 de Março de 2026 estas demonstrações financeiras.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos clientes e usuários pela escolha do HSBC, aos colaboradores pela dedicação constante e às autoridades e ao público em geral pela atenção dispensada.

São Paulo, 27 de Março de 2026.

A Diretoria

CONTINUA NA PÁGINA SEGUINTE



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadao.ri.estadao.com.br/publicacoes/>



Banco HSBC S.A.

Av. Juscelino Kubitschek, 1.909, 19º Andar - Torre Norte - São Paulo
CNPJ Nº 53.518.684/0001-84
www.hsbc.com.br

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

BALANÇOS PATRIMONIAIS							
		Informações Suplementares (não auditado)				Informações Suplementares (não auditado)	
ATIVO	Nota	31/12/2025	01/01/2025	PASSIVO	Nota	31/12/2025	01/01/2025
Disponibilidades	4	307.034	83.330	Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado		2.118.783	1.922.622
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado		3.625.186	3.439.386	Instrumentos financeiros derivativos	8	1.273.669	1.875.819
Títulos e valores mobiliários	5	2.319.807	1.359.681	Obrigações por operações compromissadas	16	845.114	46.803
Instrumentos financeiros derivativos	8	1.305.379	2.079.705	Passivos financeiros ao custo amortizado		11.854.105	9.922.038
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		2.060.374	669.154	Depósitos à vista	16	834.583	779.850
Títulos e valores mobiliários	6	2.060.374	669.154	Depósitos a prazo	16	4.193.170	3.576.639
Ativos financeiros ao custo amortizado		9.416.836	8.894.798	Obrigações por operações compromissadas	16	699.993	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	2.356.638	2.372.094	Outros instrumentos de dívida	16	2.380.640	2.702.264
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	12	(55)	(501)	Obrigações por empréstimos e repasses	17	3.412.810	2.668.728
Títulos e valores mobiliários	7	554.658	573.119	Provisões contingentes e obrigações legais	27	22.780	18.453
Empréstimos e financiamentos	11	1.765.491	1.921.770	Outros passivos	13	310.129	176.104
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	12	(18.207)	(16.378)	Provisões e outras obrigações com instrumentos financeiros		7.181	8.907
Outros ativos com risco crédito	11	4.644.140	3.571.776	Garantias financeiras prestadas	12	4.336	8.698
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	12	(26.356)	(20.638)	Provisão para perdas esperadas com garantias financeiras prestadas	12	2.690	80
Outros ativos	13	140.538	493.556	Provisão para perdas esperadas com compromisso de crédito	12	155	129
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	12	(11)	-	Obrigações fiscais correntes	26	10.301	8.455
Ativos fiscais correntes	26	1.642	315	Obrigações fiscais diferidas	26	94.393	74.993
Ativos fiscais diferidos	26	107.176	109.636	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.538.961	1.340.288
Imobilizado	14	33.938	8.942	Capital social	19	1.115.890	1.038.778
Intangível	15	71.538	71.742	Reserva de lucros		422.648	321.457
TOTAL DO ATIVO		15.623.724	13.277.303	Outros resultados abrangentes	6	423	(19.946)
				TOTAL DO PASSIVO		15.623.724	13.277.303

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

	Nota	2025 2º Semestre	2025 Exercício
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		780.167	1.454.205
Operações de Crédito		64.472	137.989
Resultado de Compromissadas e Aplicações Interfinanceiras		159.606	282.193
Resultado com Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		321.311	583.627
Resultado de Outras Operações com Característica de Concessão de Crédito		234.778	450.396
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(529.712)	(964.468)
Operações de Captação no Mercado		(465.638)	(815.154)
Operações de Empréstimos e Repasses		(63.857)	(139.566)
Despesas de Provisão para Risco de Crédito		(217)	(9.748)
VARIAÇÕES CAMBIAIS (LÍQUIDAS)		47.876	62.886
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		298.331	552.623
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		(159.593)	(271.929)
Receitas de Prestação de Serviços	20	61.925	139.515
Despesas de Pessoal	21	(84.212)	(161.159)
Despesa com Remuneração da Diretoria		(21.390)	(38.777)
Outras Despesas Administrativas	23	(80.637)	(152.234)
Despesas Tributárias	24	(20.494)	(48.539)
Outras Receitas Operacionais	25	4.680	11.901
Outras Despesas Operacionais	25	(19.465)	(22.636)
RESULTADO OPERACIONAL		138.738	280.694
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES		138.738	280.694
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		4.002	(56.789)
Corrente	26	10.073	(51.595)
Diferido	26	(6.071)	(5.194)
PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO		(3.781)	(7.713)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		138.959	216.192

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

	2025 2º Semestre	2025 Exercício
LUCRO LÍQUIDO	138.959	216.192
Itens que serão reclassificados subsequentemente para lucros ou prejuízos quando alcançadas condições específicas		
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		
Títulos e valores mobiliários		
Valor justo	14.287	37.641
Imposto de renda	(6.429)	(16.938)
Risco de crédito próprio		
Ajuste DVA	(446)	(607)
Imposto de renda	201	273
Total de outros resultados abrangentes, líquida de impostos	7.613	20.369
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	146.572	236.561
Atribuível a:		
Acionistas da empresa controladora	146.572	236.561
Participação de não controladores	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	146.572	236.561

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital Social	Reservas de Lucros		Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
		Reserva Legal	Reserva Estatutária			
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.038.778	50.770	258.692	(19.946)	-	1.328.294
Efeitos da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/21	-	-	-	-	11.994	11.994
Saldos em 1º de janeiro de 2025	1.038.778	50.770	258.692	(19.946)	11.994	1.340.288
Aumento de Capital em aprovação						77.112
Ajuste de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários	77.112	-	-	20.703	-	20.703
Ajuste de Risco de Crédito Próprio	-	-	-	(334)	-	(334)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	216.192	216.192
Destinações Propostas pela Diretoria:						
Reservas de Lucros	-	10.810	217.376	-	(228.186)	-
Juros sobre Capital Próprio	-	-	(115.000)	-	-	(115.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	1.115.890	61.580	361.068	423	-	1.538.961
Mutações do Exercício	77.112	10.810	102.376	20.369	-	198.673
Saldos em 1º de julho de 2025	1.038.778	54.632	344.057	(7.190)	-	1.430.277
Aumento de Capital em aprovação	77.112	-	-	-	-	77.112
Ajuste de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	7.858	-	7.858
Ajuste de Risco de Crédito Próprio	-	-	-	(245)	-	(245)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	138.959	138.959
Destinações Propostas pela Diretoria:						
Reservas de Lucros	-	6.948	132.011	-	(138.959)	-
Juros sobre Capital Próprio	-	-	(115.000)	-	-	(115.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	1.115.890	61.580	361.068	423	-	1.538.961
Mutações do Semestre	77.112	6.948	17.011	7.613	-	108.684



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>



Banco HSBC S.A.

Av. Juscelino Kubitschek, 1.909, 19º Andar - Torre Norte - São Paulo
CNPJ Nº 53.518.684/0001-84
www.hsbc.com.br

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

	Nota	2025 2º Semestre	2025 Exercício
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Lucro Líquido do Exercício		138.959	216.192
Ajustes ao lucro líquido:			
Provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos	26	6.071	5.194
Depreciação do imobilizado de uso e amortização do intangível	23	17.079	32.475
Impairment de Ativo Imobilizado	23	13	13
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	12	217	9.748
Provisão para passivos contingentes	26	7.065	9.336
Lucro Líquido do Exercício - Ajustado		169.404	272.958
Variações de Ativos/Passivos			
(Aumento) / Redução em Ativos			
		(1.843.309)	(2.396.152)
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		(196.862)	291.918
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		(1.093.691)	(2.123.675)
Operações de Crédito		(188.905)	156.279
Outros ativos com risco crédito		(694.629)	(1.072.364)
Outros Ativos Fiscais		17.195	(1.327)
Outros ativos		313.583	353.017
Aumento / (Redução) em Passivos		1.982.391	2.690.776
Depósitos		947.588	671.264
Obrigações por operações compromissadas		814.825	1.498.304
Outros instrumentos de dívida		(508.898)	(321.624)
Obrigações por Empréstimos e Repasses		681.760	744.082
Obrigações Fiscais		(51.367)	1.846
Outros passivos		98.483	96.904
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades Operacionais		308.486	567.582
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento			
Aquisição de imobilizado de uso		(331)	(1.536)
Aquisição de intangível	15	(16.342)	(25.725)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimento		(16.673)	(27.261)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento			
Amortização de principal de arrendamento mercantil	13	(1.949)	(2.268)
Juros sobre capital próprio		(115.000)	(115.000)
Aumento de capital		77.112	77.112
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamento		(39.837)	(40.156)
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa		251.976	500.165
Saldo de Caixa / Equivalentes de Caixa			
Início do exercício/semestre		2.140.076	1.891.887
Fim do exercício/semestre		2.392.052	2.392.052
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa		251.976	500.165

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em milhares de reais

1. Contexto operacional

O Banco HSBC S.A. (“Banco”, “HSBC” ou “HSBC no Brasil”) é uma subsidiária do HSBC Brasil Holding S.A., antes banco de investimento e a partir de 28 de abril de 2020 autorizada a operar sob a forma de banco múltiplo, nas carteiras comerciais, de investimentos, incluindo, mas não se limitando a: (i) operações de câmbio, (ii) operações de crédito rural, (iii) atuar como escritório de representação de instituições financeiras sediadas no exterior, (iv) administração de carteira de valores mobiliários, (v) coordenação, estruturação, intermediação e distribuição de valores mobiliários, inclusive por meio de ofertas públicas, (vi) realização de serviços de análise e/ou consultoria de valores mobiliários, (vii) derivativos; (viii) captação de depósitos à vista ou a prazo e demais formas de captação permitidas, no Brasil ou no exterior, (ix) e a prática de operações de compra e venda, por conta própria ou de terceiros, de metais preciosos e de capitais, tudo na forma da lei e conforme devidamente autorizado pelo Banco Central do Brasil e/ou pela Comissão de Valores Mobiliários, conforme o caso. O Banco poderá participar de quaisquer outras sociedades ou grupos de sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia ou acionista, observadas as normas do Banco Central do Brasil.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e emanadas da legislação societária brasileira, das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) e do Banco Central do Brasil (“BACEN”).

O Banco apresenta as contas do ativo e passivo no Balanço Patrimonial por liquidez e exigibilidade, evidenciando em Notas Explicativas, o montante esperado a ser realizado ou liquidado em até doze meses e em prazo superior para cada item apresentado no ativo e passivo.

Em conformidade com o art. 79 da Resolução CMN nº 4.966/21, o Banco HSBC optou por não apresentar saldos comparativos em suas demonstrações financeiras. Contudo, para uma melhor compreensão destas demonstrações financeiras, foram incluídas informações suplementares provenientes do balanço de abertura de 1º de janeiro de 2025, data da adoção inicial da Resolução CMN nº 4966/21.

3. Resumo das principais políticas contábeis

a. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional do Banco é o real, a qual também é a moeda de apresentação destas demonstrações financeiras.

b. Apuração do resultado

As receitas e despesas foram reconhecidas pelo regime de competência.

c. Estimativas contábeis

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração, para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, perdas no valor recuperável dos ativos intangíveis, provisões para contingências e valorização a mercado de títulos e valores mobiliários e derivativos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O Banco revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente.

d. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades e aplicações interfinanceiras, cujo prazo de vencimento seja igual ou inferior a 90 dias da data de contratação e apresentem risco insignificante de mudança de valor. Referem-se substancialmente a aplicações interfinanceiras de liquidez.

e. Instrumentos Financeiros

Classificação de Ativos Financeiros

Os ativos financeiros são classificados com base no modelo de negócios da instituição de forma a refletir a forma como são geridos e nas características contratuais dos seus fluxos de caixa.

Modelos de Negócios

As categorias que representam os diferentes modelos de negócio são:

(a) **Categoria Custo Amortizado (CA):** ativos financeiros que são geridos em um modelo de negócio cujo objetivo seja receber seus fluxos de caixa contratuais caracterizados somente de pagamentos de principal e juros;

(b) **Categoria Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes (VJORA):** ativos financeiros que são geridos em um modelo de negócio que gere retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios e cujos fluxos de caixa sejam constituídos somente de pagamentos de principal e juros;

(c) **Categoria Valor Justo no Resultado (VJR):** os demais ativos financeiros (é uma categoria residual)

Os modelos de negócio são aprovados pelo Comitê Executivo (‘EXCO’) e todos os novos produtos relacionados com ativos financeiros são enquadrados em um dos modelos previamente aprovados, ou, se necessário, é solicitada a aprovação de um novo modelo de negócio.

Adicionalmente, as instituições podem optar por duas exceções às regras de classificação dos ativos financeiros, a saber:

(a) Designar no reconhecimento inicial, de forma irrevogável, os instrumentos patrimoniais de outra entidade para serem classificados na categoria valor justo em outros resultados abrangentes, contanto que não sejam geridos em um modelo de negócio cujo objetivo principal seja gerar retorno pela venda do instrumento; e

(b) Designar no reconhecimento inicial, de forma irrevogável, na categoria valor justo no resultado os ativos financeiros que seriam classificados nas demais categorias caso a instituição tenha o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente inconsistência de mensuração ou de reconhecimento contábil que possam ocorrer em virtude da mensuração em bases diferenças de ativos e passivos cuja avaliação conjunta faça parte da estratégia da instituição.

O Banco HSBC não optou por nenhuma das duas designações possíveis no período compreendido por essa demonstração financeira.

Teste do SPPJ

O teste do SPPJ visa identificar se os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro são constituídos exclusivamente de pagamento de principal e juros, ou seja, o instrumento se comporta como um ‘empréstimo básico’ que possui os seguintes elementos mais significativos para determinação dos juros:

(a) valor do dinheiro no tempo;

(b) risco de crédito;

(c) custos da operação;

(d) margem de lucro; e

(e) outros riscos relacionados aos empréstimos.

Os fluxos de caixa de ativos financeiros com cláusula de correção cambial são considerados somente pagamento de principal e de juros sobre o valor do principal se:

(a) o ativo financeiro está vinculado a um passivo financeiro denominado em moeda estrangeira ou com cláusula de variação cambial; e

(b) os fluxos de caixa do passivo são considerados somente pagamento de principal e juros sobre o valor do principal na moeda em que está denominado.

Classificação de Passivos Financeiros

Os passivos financeiros são classificados na categoria de custo amortizado, exceto:

(a) derivativos passivos que são classificados na categoria valor justo no resultado;

(b) passivos financeiros que envolvam empréstimo ou aluguel de ativos financeiros;

(c) passivos financeiros decorrentes da transferência de ativos financeiro;

(d) compromissos de crédito e créditos a liberar; e

(e) garantias financeiras prestadas.

Classificação de Contratos Híbridos

Contratos híbridos são aqueles que possuem um componente principal (‘host’) e, ao menos, um derivativo embutido. Esses contratos são avaliados:

(a) de forma conjunta, caso o componente principal seja um ativo financeiro (e assim ser avaliado no teste do SPPJ como um só instrumento);

(b) de forma segregada, caso o componente principal seja um passivo financeiro ou instrumento não financeiro.

Reconhecimento e Mensuração Iniciais

Os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de sua aquisição, origemação ou emissão:

(a) pelo preço da transação no caso de recebíveis de contratos com clientes sem componente de financiamento significativo; ou

(b) pelo valor justo, nos demais casos.

Caso o valor justo do instrumento seja diferente do valor da contraprestação paga ou recebida na aquisição, origemação ou emissão do instrumento financeiro (também conhecido como *Day 1 P&L*), o Banco reconhece a diferença no resultado do período para instrumentos financeiros mensurados no nível 1 e nível 2 da hierarquia de valor justo e difere o ajuste de acordo com sua realização, para instrumentos de nível 3.

Uma exceção à essa regra são os instrumentos financeiros classificados na categoria custo amortizado e mensurados no nível 3 da hierarquia de valor justo, que são reconhecidos pelo valor da contraprestação paga ou recebida.



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>



Banco HSBC S.A.

Av. Juscelino Kubitschek, 1.909, 19º Andar - Torre Norte - São Paulo
CNPJ Nº 53.518.684/0001-84
www.hsbc.com.br

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

Apropriação de Receitas e Encargos

As receitas e despesas de instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado, no mínimo por ocasião dos balancetes e balanços, *pro rata temporis*, utilizando-se o método de juros efetivos, exceto para os instrumentos classificados na categoria de valor justo no resultado, cujas receitas e despesas são apropriadas conforme as taxas de juros contratuais.

É vedado o reconhecimento, no resultado do período, de receita de qualquer natureza (com exceção de receita de variação cambial em ativos financeiros denominados ou indexados em moeda estrangeira) ainda não recebida relativa a ativos financeiros com problema de recuperação de crédito. Nesse caso, as receitas são reconhecidas quando do seu recebimento efetivo (via regime de caixa).

Taxa de Juros Efetiva da Operação

O Banco HSBC tem por política seguir a metodologia tradicional que requer o cálculo da taxa de juros efetiva considerando os fluxos de caixa da operação e custos e receitas diretas e incrementais da operação, sendo a apropriação posterior realizada de forma que a taxa de juros efetiva se mantenha constante ao longo do prazo esperado da operação. A apropriação no resultado é exponencial para os instrumentos pré-fixados que apresentem juros compostos e linear para os instrumentos que apresentam juros simples. Para os instrumentos em que a taxa de juros não é pré-fixada, a taxa de juros efetiva é definida considerando, no mínimo, por ocasião dos balancetes e balanços, o valor vigente do componente variável da taxa de juros contratual na data-base.

Mensurações Subsequentes

Os instrumentos financeiros classificados nas categorias valor justo no resultado ou valor justo em outros resultados abrangentes são avaliados pelo valor justo computando-se a valorização ou desvalorização em contrapartida à adequada conta:

(a) de receita ou de despesa, no resultado do período, no caso de instrumentos classificados na categoria de valor justo no resultado; ou

(b) de outros resultados abrangentes, pelo valor líquido dos efeitos tributários, caso seja relativa a ativos financeiros classificados na categoria valor justo em outros resultados abrangentes.

Os ganhos ou perdas não realizadas registrados em outros resultados abrangentes são transferidos, quando da baixa total ou parcial, na proporção correspondente, para:

(a) lucros ou prejuízos acumulados, caso a instituição opte por designar um instrumento patrimonial na categoria de valor justo em outros resultados abrangentes; e

(b) no resultado do período, nos demais casos.

O componente de risco de crédito próprio da variação a valor justo de instrumentos financeiros derivativos classificados como passivos e mensurados no nível 2 ou 3 da hierarquia de valor justo é destacado e registrado em outros resultados abrangentes, líquido de efeitos tributários.

Ganhos ou perdas com variação cambial dos instrumentos financeiros são reconhecidos no resultado do período.

Mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros

O cálculo do valor justo está sujeito a uma estrutura de controle destinada a garantir que os valores sejam determinados ou validados por um departamento independente do tomador do risco.

Para todos os instrumentos financeiros cujos valores justos são determinados por referência a preços cotados em mercados ou modelos de valorização cujas entradas significativas são todas observáveis, o valor justo é determinado ou validado por uma área independente. Em mercados com baixa liquidez, a observação direta de um preço negociado pode não ser possível. Nessas circunstâncias, o HSBC Brasil utiliza fontes de mercado alternativas relevantes e confiáveis. Os fatores considerados nesses casos são, entre outros:

- a extensão em que se espera que os preços sejam representações genuínas dos preços negociados ou negociáveis;
- o grau de semelhança entre os instrumentos financeiros;
- o grau de coerência entre as diferentes fontes;
- o processo efetuado pelo provedor dos preços para obter os dados;
- o tempo decorrido entre a data dos dados de mercado e a data do balanço; e
- a maneira pela qual os dados foram obtidos.

Para os valores justos determinados por meio da utilização de modelos de avaliação, a estrutura de controles pode incluir, quando aplicável, desenvolvimentos ou validações por áreas de suporte independentes de (i) lógica dos modelos de avaliação; (ii) entrada de dados; (iii) ajustes necessários nos modelos de avaliação; e, (iv) se possível, modelos de saída. Os modelos de avaliação estão sujeitos ao processo de validação independente e de ajustes antes de se tornarem operacionais e são atualizados em relação a dados externos de mercado em uma base contínua.

Os resultados do processo de avaliação independente são reportados ao Comitê de avaliação. Esse é composto por especialistas de diversas áreas independentes (mesa de *trading* e *accrual*, gestão de risco de mercado e finanças). Os membros do comitê analisam a pertinência e a adequação dos ajustes ao valor justo e a efetividade dos modelos de avaliação. Se necessário, exigem alterações nos modelos ou nos procedimentos de ajustes. O Comitê de avaliação local é supervisionado pelo Comitê de avaliação regional (América Latina) e pelo Comitê de avaliação global.

As principais premissas e estimativas que a gerência considera quando se aplicam um modelo com técnicas de avaliação são:

- a probabilidade e tempo esperado de fluxos de caixa futuros do instrumento; julgamento pode ser necessário para avaliar a capacidade de a contraparte cumprir os termos contratuais. Fluxos de caixa futuros podem ser sensíveis a mudanças nas taxas de mercado;
 - estabelecer uma taxa de desconto apropriada para o instrumento; julgamento é necessário para avaliar o que um participante do mercado consideraria como o spread adequado da taxa de um instrumento sobre a taxa livre de risco adequada;
 - julgamento para determinar qual é o modelo a ser usado para calcular o valor justo em áreas onde a escolha do modelo de avaliação é particularmente subjetiva, por exemplo, ao avaliar produtos derivados complexos.
- Quando aplicável o modelo com dados não observáveis, as estimativas são feitas para refletir incertezas nos valores justos, resultante da falta de entradas de dados de mercado, por exemplo, como resultado da falta de liquidez no mercado. Para esses instrumentos, a mensuração do valor justo é menos confiável.
- Entradas para avaliações baseadas em dados não observáveis são inerentemente incertas porque há pouco ou nenhum dado atual de mercado disponível que determina o nível em que uma parte da transação que pudesse ocorrer em condições normais de negócios. No entanto, na maioria dos casos, há alguns dados de mercado disponíveis para basear a determinação do valor justo, por exemplo, dados históricos, e o valor justo para a maioria dos instrumentos financeiros é baseado em alguns dados observáveis de mercado, mesmo quando os dados não observáveis são significativos.
- O valor justo é determinado de acordo com a seguinte hierarquia:
- nível 1 - preço de mercado ativo: instrumentos financeiros com preços cotados para instrumentos idênticos em mercados com alta liquidez que o HSBC Brasil pode acessar na data da mensuração.
 - nível 2 - técnica de avaliação com dados observáveis: instrumentos financeiros com preços cotados para instrumentos similares em mercados com alta liquidez ou preços cotados para instrumentos idênticos ou similares em mercados com baixa liquidez e instrumentos financeiros avaliados com a utilização de modelos em que todos os dados significativos são observáveis.
 - nível 3 - técnica de avaliação com dados significativos não observáveis: instrumentos financeiros avaliados utilizando-se técnicas de avaliação nas quais um ou mais dados significativos não são observáveis.

A melhor evidência de valor justo é a cotação em mercado com alta liquidez. O valor justo dos instrumentos financeiros cotados em mercados com alta liquidez é baseado nos preços de venda para ativos e preços de compra para passivos. Quando um instrumento financeiro tem um preço cotado em um mercado com alta liquidez e faz parte de um portfólio, o valor justo do portfólio é calculado pelo produto do número de unidades e cotação, descontos em bloco não são aplicados. No caso de o mercado possuir baixa liquidez para um instrumento financeiro, uma técnica de avaliação é utilizada. Todos os ajustes de valor justo são incluídos na determinação do nível de avaliação.

A decisão sobre se um mercado é líquido pode incluir, mas não está limitada a uma consideração de fatores como frequência de negociação, disponibilidade de preços, volume das compras e vendas. No mercado sem liquidez, a garantia de que o preço da transação fornece evidências de valor justo ou determina os ajustes para o preço da transação (evidências essas necessárias para mensurar o valor justo dos instrumentos) requer um trabalho adicional durante o processo de avaliação.

O HSBC Brasil não possui instrumentos classificados como nível 3 em 31 de dezembro de 2025 e 01 de janeiro de 2025.

Mensuração de Instrumentos Renegociados ou Reestruturados

No caso de reestruturação de ativos financeiros, o valor contábil bruto do instrumento é reavaliado para representar o valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados, descontados pela taxa de juros efetiva originalmente contratada. A Resolução CMN nº 4.966, porém, faculta o uso da taxa efetiva até 31 de dezembro de 2026, possibilitando, assim, o uso da taxa contratual renegociada até essa data.

Ao valor contábil bruto do ativo financeiro reestruturado são acrescidos os custos de transação e deduzidos eventuais valores recebidos na reestruturação do instrumento. A diferença entre a nova reavaliação e o valor contábil original é reconhecida no resultado do período em que ocorrer a reestruturação.

No caso de renegociação de instrumentos financeiros não caracterizada como reestruturação, o instrumento é reavaliado para que passe a representar o valor presente dos fluxos de caixa descontados pela taxa de juros efetiva, conforme as condições contratuais renegociadas.

Da Baixa e da Transferência de Ativos Financeiros

Um ativo financeiro é baixado quando:

(a) os direitos contratuais ao fluxo de caixa expirarem; ou

(b) o ativo financeiro for transferido e a transferência se qualificar para a baixa.

f. Provisão para perdas de crédito esperadas

Da alocação dos Instrumentos Financeiros em Estágio

Os instrumentos financeiros são alocados nos seguintes estágios:

(a) No primeiro estágio:

(i) Os instrumentos financeiros que, no reconhecimento inicial, não sejam caracterizados como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito; e

(ii) Os instrumentos financeiros cujo risco de crédito não tenha aumentado significativamente após o reconhecimento inicial;

(b) No segundo estágio:

(i) Os instrumentos financeiros cujo risco de crédito tenha aumentado significativamente em relação ao apurado na alocação original no primeiro estágio; e

(ii) Os instrumentos financeiros que deixarem de ser caracterizados como ativo com problema de recuperação de crédito; e

(c) No terceiro estágio, os instrumentos financeiros com problema de recuperação de crédito.

Para as garantias financeiras prestadas, a alocação considera a probabilidade de desembolsos futuros no caso da contraparte não honrar a obrigação de acordo com as disposições contratuais vigentes.

Caso o ativo financeiro deixe de ser caracterizado como um ativo com problema de recuperação de crédito, ele pode ser transferido para o estágio 1 caso o risco de crédito tenha sido reduzido para nível semelhante ao do seu reconhecimento inicial ou também para os ativos financeiros alocados inicialmente no terceiro estágio. Da mesma forma, a alocação do segundo para o primeiro estágio é admitida para os casos em que comprovadamente ocorra uma redução do risco de crédito para nível semelhante ao da alocação original no primeiro estágio.

Quando um instrumento financeiro é alocado no terceiro estágio, todos os instrumentos financeiros da mesma contraparte são realocados para o terceiro estágio no mês que ocorreu essa alocação.

A transferência entre estágios é realizada através da ocorrência de aumento significativo do risco de crédito mediante a comparação do risco de crédito existente na alocação original do instrumento no primeiro estágio com o risco de crédito existente na data de avaliação.

Da Avaliação da Perda Esperada Associada ao Risco de Crédito

A perda esperada associada ao risco de crédito de instrumentos financeiros é avaliada considerando, pelo menos, os seguintes parâmetros:

(a) A probabilidade de o instrumento ser caracterizado como ativo com problema de recuperação de crédito ($PD = probability of default$), considerando, no mínimo:

(i) o prazo esperado do instrumento financeiro; e

(ii) a situação econômica corrente e previsões razoáveis e justificáveis de eventuais alterações nas condições econômicas e de mercado ($FEG = forward economic guidance$) que afetem o risco de crédito do instrumento, durante o seu prazo esperado, inclusive em virtude da existência de eventuais garantias ou colaterais vinculados ao instrumento; e

(b) A expectativa de recuperação do instrumento financeiro ($LGD = loss given default$), considerando, no mínimo:

(i) os custos de recuperação do instrumento (*recovery costs*);

(ii) as características de eventuais garantias e colaterais, tais como modalidade, liquidez e valor presente provável de realização; e

(iii) as taxas históricas de recuperação em instrumentos financeiros com características e risco de crédito similares (*recovery rate*);

(iv) a concessão de vantagens à contraparte; e

(v) a situação econômica corrente e as previsões razoáveis e justificáveis de eventuais alterações nas condições econômicas e de mercado que possam afetar o valor presente de realização de eventuais garantias ou colaterais vinculados ao instrumento.

Na estimativa do valor presente provável de realização, utiliza-se:

(a) o valor justo das garantias ou dos colaterais;

(b) os custos e prazos estimados de execução, venda e recebimento das garantias ou dos colaterais; e

(c) a taxa de juros efetiva do instrumento financeiro no reconhecimento inicial.

Da Metodologia para Apuração da Provisão de Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é constituída, no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros, como despesa do período, em contrapartida à adequada conta:

(a) do ativo, no caso de perdas relativas a ativos financeiros; ou

(b) do passivo, no caso de perdas referentes a:

(i) garantias financeiras prestadas; e

(ii) compromissos de crédito e créditos a liberar; e

(iii) contraprestações vincendas relativas a operações de arrendamento mercantil operacional (não aplicável).

Constitui-se provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de acordo com o estágio no qual o instrumento está alocado, da seguinte forma:

(a) primeiro estágio: a provisão corresponde à perda esperada apurada, considerando a probabilidade de o instrumento financeiro se caracterizar como ativo problemático nos próximos 12 meses ou durante o prazo esperado do instrumento, quando este for inferior a 12 meses;

(b) segundo estágio: a provisão corresponde à perda esperada apurada, considerando a probabilidade de o instrumento se caracterizar como um ativo problemático durante todo o prazo esperado do instrumento financeiro; e

(c) terceiro estágio: a provisão corresponde à perda esperada apurada, considerando que o instrumento se caracteriza como um ativo com problema de recuperação de crédito.

Os instrumentos baixados que forem renegociados são alocados, na data de renegociação, no terceiro estágio, com provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito igual a 100% do valor do instrumento. Isso também se aplica a instrumentos financeiros utilizados para liquidação ou refinanciamento de instrumentos baixados

g. Passivo de arrendamento

O Banco HSBC passou a registrar os contratos de passivos de arrendamento de acordo com a resolução CMN nº 4.975/2021, a qual recepcionou o CPC 06 (R2). No início ou na modificação de um contrato, o Banco avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento contratualmente devidos com contrapartida no ativo de direito de uso, descontados pela taxa de juros implícita no contrato de arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, a companhia utilizará a taxa incremental calculada de acordo com as condições no mercado para financiar o ativo objeto de arrendamento, com prazos e garantias equivalentes. As mensurações subsequentes são avaliadas de acordo com as mudanças contratuais ocorridas, os quais incluem, prazo, mudanças nas contraprestações, atualizações monetárias, modificações nos objetos arrendados, garantias entre outros.

h. Redução ao valor recuperável dos ativos - Impairment

Deve ser reconhecida uma perda por *impairment* no resultado do período, quando o valor da contabilização de um ativo exceder seu valor recuperável. Os valores dos ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, devem ser revisitos no mínimo anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por *impairment*.

i. Imposto de renda contribuição social

O imposto de renda foi calculado utilizando-se a alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% (quando aplicável), e a contribuição social foi calculada à alíquota de 20% sobre o lucro antes do imposto de renda em 2025.

O imposto de renda e a contribuição social sobre as diferenças temporárias estão apresentados nas rubricas “Provisão de Crédito de Liquidação Duvidosa”, “Contingências Fiscais e Previdenciárias”, “Provisões Passivas - Outras”, “Marcação ao Mercado”, “Prejuízo Fiscal” e “Base de Cálculo Negativa de CSLL” e refletidas no resultado do período ou, quando aplicável, no patrimônio líquido, observando o disposto no art. 9º da Resolução nº 4.842 do Conselho Monetário Nacional (CMN). Os créditos tributários foram calculados à alíquota de 25% de imposto de renda e 20% de contribuição social em 2025.

Para esses ativos considera-se a expectativa de realização em prazo razoável de tempo, não superior ao permitido pela legislação existente.

j. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09.

Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são divulgados nas demonstrações financeiras.

Passivos contingentes: decorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios de natureza fiscal, previdenciária e outros. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, baseado em suporte documental ou contábil, ou histórico de fatos assemelhados apesar da incerteza inerente ao prazo e valor. As contingências classificadas como prováveis são aquelas para as quais são constituídas provisões; as contingências possíveis requerem somente divulgação e as remotas não requerem provisões ou divulgação.



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadao.ri.estadao.com.br/publicacoes/>



Banco HSBC S.A.

Av. Juscelino Kubitschek, 1.909, 19º Andar - Torre Norte - São Paulo
CNPJ Nº 53.518.684/0001-84
www.hsbc.com.br

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

k. Imobilizado de uso

Os bens do ativo imobilizado estão registrados ao custo de aquisição deduzido das depreciações. As depreciações foram calculadas pelo método linear, aplicando-se as seguintes taxas anuais, que contemplam a estimativa de vida útil-econômica dos bens: equipamentos de uso, sistemas de comunicação e segurança - 10%; sistemas de processamento de dados - 20%. Os gastos com benfeitorias em imóveis de terceiros estão sendo amortizados de acordo com o prazo do respectivo contrato de aluguel.

l. Intangível

Os ativos intangíveis são amortizados pelo período que representa a melhor expectativa de prazo de geração de benefícios econômicos à entidade e contabilizados em despesas administrativas.

m. Pagamento baseado em ações

O Banco dispõe de pagamento baseado em ações liquidado em dinheiro como forma de remuneração de serviços prestados por colaboradores.

Para os pagamentos baseados em ações liquidados em dinheiro, os serviços adquiridos e passivos incorridos são mensurados ao valor justo do passivo e reconhecidos quando os colaboradores prestam serviço à empresa. Até a liquidação, o valor justo do passivo é reavaliado e mudanças no valor justo são reconhecidas diretamente no resultado.

O valor justo dos prêmios liquidados em dinheiro ao término de cada período é calculado com base no valor de mercado das ações da HSBC Holdings, convertido em reais.

Um cancelamento que ocorre durante o período de aquisição é tratado como uma aceleração da aquisição, sendo reconhecido de imediato no resultado o montante que de outra forma seria reconhecido ao longo do período de carência.

n. Resultados recorrentes e não recorrentes

Os resultados não recorrentes são resultados não relacionados com as atividades típicas do Banco e não previstos para ocorrer com frequência em exercícios futuros.

	2025
	216.192
Lucro líquido reportado	
Itens não recorrentes	
Incidente relacionado ao PIX (1)	13.510
Perda na venda de títulos ao valor justo através de outros resultados abrangentes	15.565
Efeitos tributários	(13.084)
Lucro líquido recorrente	232.183

(1) Refere-se ao incidente ocorrido em 29 de agosto de 2025 causado pelo acesso indevido a um prestador de serviço à conta de Pagamentos Instantâneos do Banco HSBC S.A. no Banco Central do Brasil, resultando na realização de diversas transações PIX não autorizadas. O valor envolvido no incidente foi majoritariamente recuperado e não há expectativa de impactos adicionais relevantes em períodos futuros.

o. Normas com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025 e vigências futuras

A partir de 1º de janeiro de 2025, passou a vigorar a Resolução CMN 4.966 de 25 de novembro de 2021 que dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, tendo como exceção apenas a normativa de contabilidade de hedge com início de vigência a partir de 1º de janeiro de 2027. As novas regras de classificação, mensuração e reconhecimento de instrumentos financeiros e da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito previstas na Resolução CMN 4.966, foram posteriormente complementadas pela Resolução BCB 352 de 23 de novembro de 2023 que dispõe sobre os procedimentos contábeis para a definição de fluxos de caixas de ativo financeiro como somente pagamento de principal e juros, a aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros, a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito e a evidenciação de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas. As diferenças nos valores contábeis de ativos e passivos financeiros decorrentes de ajustes da adoção foram reconhecidas em conta de lucros acumulados em 1º de janeiro de 2025, líquidos dos respectivos impactos fiscais. Seguem abaixo os principais impactos reconhecidos:

	Saldo Bruto	Impactos Fiscais	Saldo Líquido
Contratos de câmbio (1)	25.487	(11.469)	14.018
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito (2)	(4.731)	2.129	(2.602)
Garantias financeiras (3)	446	(201)	245
DVA (Debit valuation adjustment) (4)	606	(273)	333
Total	21.808	(9.814)	11.994

(1) Impacto da reversão da variação cambial dos contratos de câmbio e do reconhecimento do MTM como instrumentos financeiros derivativos.

(2) Aumento pela adoção de modelo de perda esperada (Res. 4.966) vs modelo de perda incorrida (Res. 2.682).

(3) Ajuste para reconhecer apenas o excesso de provisão sobre receitas diferidas de contratos de garantia financeira.

(4) Ajuste de risco de crédito próprio reconhecido em Outros Resultados Abrangentes conforme regulamentação.

Também a partir de 1º de janeiro de 2025 passou a vigorar a Resolução CMN nº 4.975 de 16 de dezembro de 2021 que dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. O Banco HSBC S.A. adotou de forma prospectiva a referida norma conforme § 5º da Resolução para os contratos celebrados a partir de Janeiro de 2025.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2025				01/01/2025	
	Circulante		Não Circulante			
	Até 3 meses*	De 3 meses a 1 ano	Acima de 1 ano	Total	Total	
Disponibilidades	307.034	-	-	307.034	83.331	
Aplicações no mercado - Posição bancada	1.158.354	-	-	1.158.354	1.493.229	
Aplicações em depósitos interfinanceiros	655.430	271.620	-	927.050	566.849	
Aplicações em moeda estrangeira	280.185	-	-	280.185	306.020	
Efeito da variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	(8.951)	-	-	(8.951)	5.995	
Total	2.392.052	271.620	-	2.663.672	2.455.424	

(*) Saldos com vencimento até 3 meses são considerados como caixa e equivalentes de caixa na Demonstração do Fluxo de Caixa.

5. Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado

	31/12/2025						01/01/2025
	Circulante			Não circulante			
	Menos de 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor de mercado	Resultado de custo atualizado	Valor de mercado
Letras do tesouro nacional	612.246	394.026	214.937	200.293	1.421.502	1.421.226	(276)
Notas do tesouro nacional - série B	2.029	-	418	-	2.447	2.447	-
Notas do tesouro nacional - série F	-	134.529	141.190	620.139	895.858	895.488	(370)
Total	614.275	528.555	356.545	820.432	2.319.807	2.319.161	(646)

6. Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio dos Outros Resultados Abrangentes

	31/12/2025						01/01/2025
	Circulante			Não circulante			
	Menos de 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor de mercado	Outros resultado de custo atualizado	Valor de mercado
Letras financeiras do tesouro	180.853	541.713	1.082.147	-	1.804.713	1.803.887	825
Letras do tesouro nacional	90.619	165.042	-	-	255.661	255.111	550
Total	271.472	706.755	1.082.147	-	2.060.374	2.058.998	1.375
Efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	(619)
Total	271.472	706.755	1.082.147	-	2.060.374	2.058.998	756

(1) Não inclui o ajuste de risco de crédito próprio sobre os instrumentos derivativos.

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data de balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores serão estimados com base em cotações de distribuidoras, modelos de definição de preços, modelos de cotações ou cotação de preços para instrumentos com características semelhantes.

7. Títulos e Valores Mobiliários Mensurados ao Custo Amortizado

	31/12/2025						01/01/2025
	Circulante			Não circulante			
	Menos de 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor de custo atualizado	Provisão para desvalorização	Valor do custo atualizado
Letras do tesouro nacional	389.860	164.798	-	-	554.658	-	573.119
Total	384.860	164.798	-	-	554.658	-	573.119

8. Instrumentos financeiros derivativos

O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos destinados a atender as necessidades de seus clientes.

O gerenciamento dos riscos envolvidos nessas operações é realizado através do estabelecimento de políticas operacionais, determinação de limites e do monitoramento constante das posições assumidas, as quais foram valorizadas com base nas taxas médias divulgadas por fontes independentes como a B3, Reuters e Bloomberg.

Derivativos são instrumentos financeiros que derivam o seu valor a partir do preço de itens subjacentes, tais como ações, taxas de juros, taxas de câmbio, mercadorias e índices. Derivativos permitem aos usuários aumentar, reduzir ou alterar sua exposição a riscos. Derivativos são mensurados ao valor justo e demonstrados no balanço patrimonial separando-se os totais de ativos e passivos.

A carteira de instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2025 estava apresentada como segue:

	Ativo			Passivo		
	31/12/2025		01/01/2025	31/12/2025		01/01/2025
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Swap	383.079	403.531	786.610	444.744	17.533	462.277
NDF	206.163	12.244	218.407	1.440.582	749.345	2.189.927
A termo	42	-	42	11.249	230	11.479
Futuros	115.418	-	115.418	29.965	70.992	100.957
Câmbio	173.368	11.534	184.902	153.435	366.931	520.366
Total	878.070	427.309	1.305.379	2.079.705	1.205.031	3.284.736

A margem dada em garantia das operações de instrumentos financeiros derivativos na clearing de derivativos é composta por títulos públicos federais no montante de R\$ 473.681 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 667.924 em 01 de janeiro de 2025).

	31/12/2025						01/01/2025
	Valor a receber/pagar			Ajuste a valor de mercado			
	Vencimento			Valor do custo atualizado			
	Valor de referência	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	Superior a 1 ano	Valor de mercado	do custo atualizado	Efeito no resultado
Swaps							
Posição ativa							
DI	5.649.800	221.639	154.756	285.645	662.040	585.569	76.471
Pré fixado	1.183.951	2.254	1.709	301	4.264	3.399	865
USD	1.223.079	2.603	-	117.585	120.188	52.737	67.451
EUR	18.333	118	-	-	118	166	(48)
Posição passiva							
DI	687.420	-	(1.414)	(7.921)	(9.335)	(15.613)	6.278
Pré fixado	232.992	(7.338)	(5.271)	(10.607)	(23.216)	(22.571)	(645)
USD	45.272	-	(3.510)	-	(3.510)	(3.633)	123
NDF							
Posição ativa							
USD	10.685.676	113.951	72.105	12.065	198.121	191.970	6.151
EUR	435.006	10.796	7.274	71	18.141	13.395	4.746
GBP	33.457	201	1.677	108	1.986	2.093	(107)
CNY	54.799	-	158	-	158	793	(635)
Posição passiva							
USD	14.537.888	(352.159)	(391.725)	(47.069)	(790.953)	(786.228)	(4.725)
EUR	219.139	(1.340)	(1.308)	(349)	(2.997)	(1.022)	(1.975)
GBP	62.627	(670)	(2.143)	(289)	(3.102)	(2.926)	(176)
CNY	232.708	-	-	(366)	(366)	5.462	(5.828)
Contratos a termo de TVM							
Posição ativa							
Compromisso de compra	961.917	41	-	-	41	41	-
Compromisso de venda	9.878	1	-	-	1	1	-
Posição passiva							
Compromisso de compra	268.938	(26)	-	-	(26)	(26)	-
Compromisso de venda	413.133	(204)	-	-	(204)	(204)	-
Futuros							
Posição ativa							
DI							
Compra	1.463.807	18	-	-	18	-	18
Venda	7.895.446	91.021	-	-	91.021	-	23.886
USD							
Compra	1.662.440	23.718	-	-	23.718	-	5.622
Venda	232.472	661	-	-	661	-	661
Posição passiva							
DI							
Compra	10.181.633	(55.543)	-	-	(55.543)	-	(19.863)
Venda	197.359	(375)	-	-	(375)	-	(15)
USD							
Compra	843.488	(15.070)	-	-	(15.070)	-	(782)
Venda	-	-	-	-	-	-	-
Câmbio							
Posição ativa							
Posição Comprada	3.709.819	166.803	4.359	11.534	182.696	-	182.697
Posição Vendida	704.998	2.206	-	-	2.206	-	994
Posição passiva							
Posição Comprada	2.690.628	364.658	1.757	-	2.036	-	368.451
Posição Vendida	4.295.912	514	2	-	-	-	516
Instrumentos financeiros derivativos por contraparte							
	Valor de referência						
	31/12/2025			01/01/2025			
	Clientes		Instituições financeiras		Total	Total	
Descrição							
Swaps		7.297.889		1.742.958	9.040.847	10.033.410	
NDFs		24.304.538		1.956.762	26.261.300	30.281.774	
Contrato a termo		-		1.653.866	1.653.866	11.249	
Contratos de futuros*		-		22.476.647	22.476.647	26.669.302	
Câmbio		2.052.640		9.348.717	11.401.357	20.617.515	
Total		33.655.067		37.178.950	70.834.017	87.613.250	

(*) Referem-se às operações que tenham como contraparte a B3.

Instrumentos financeiros derivativos por mercado de negociação

	Valor de referência			
	31/12/2025		01/01/2025	
	Bolsa	Balcão	Total	Total
Descrição				
Swaps	-	9.040.847	9.040.847	10.033.410
NDFs	-	26.261.299	26.261.299	30.281.774
Contrato a termo	-	1.653.866	1.653.866	11.249
Contratos de futuros	22.476.647	-	22.476.647	26.669.302
Câmbio	-	11.401.357	11.401.357	20.617.515
Total	22.476.647	48.357.370	70.834.017	87.613.250

9. Valor justo dos instrumentos financeiros contabilizados ao valor justo

Valor justo dos instrumentos financeiros contabilizados ao valor justo:

Descrição	Valor de referência			
	31/12/2025			01/01/2025
	Bolsa	Balcão	Total	Total
Swaps	-	9.040.847	9.040.847	10.033.410
NDFs	-	26.261.299	26.261.299	30.281.774
Contrato a termo	-	1.653.866	1.653.866	11.249
Contratos de futuros	22.476.647	-	22.476.647	26.669.302
Câmbio	-	11.401.357	11.401.357	20.617.515
Total	22.476.647	48.357.370	70.834.017	87.613.250



Banco HSBC S.A.

Av. Juscelino Kubitschek, 1.909, 19º Andar - Torre Norte - São Paulo
CNPJ Nº 53.518.684/0001-84
www.hsbc.com.br

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

10. Valor justo dos instrumentos financeiros não contabilizados ao valor justo

	31/12/2025		01/01/2025	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos				
Disponibilidades	307.034	307.034	83.330	83.330
Ativos financeiros ao custo amortizado				
Aplicações interfinanceiras de liquidez	2.356.638	2.356.638	2.372.094	2.372.094
Títulos e valores mobiliários	554.658	553.202	573.119	546.575
Empréstimos e financiamentos	1.765.491	1.651.126	1.921.770	1.741.388
Outros ativos com risco de crédito	4.644.140	4.664.824	3.571.776	3.686.285
Outros ativos financeiros	23.382	23.382	17.893	17.893
Passivos				
Passivos financeiros ao custo amortizado				
Depósitos à vista	834.583	834.583	779.850	779.850
Depósitos a prazo	4.193.170	4.193.170	3.576.639	3.576.639
Obrigações por operações compromissadas	699.993	699.993	-	-
Captações no mercado aberto	2.380.640	2.421.428	2.702.264	2.762.469
Obrigações por empréstimos	3.412.810	3.384.100	2.668.728	2.614.460

(1) Composto por títulos e valores mobiliários e outros ativos com risco de crédito mensurados pelo custo amortizado, sendo, letra do tesouro nacional, nota comercial e cédula de produto rural.

11. Empréstimos e financiamentos

Composição da carteira de crédito por faixas de vencimento

	31/12/2025				01/01/2025	
	Parcelas vincendas				Parcelas vencidas	
	Circulante		Não Circulante			
	0-90	91-365	Acima de 365	Total	0-14	Total Geral
Vencimento em dias						
Empréstimos e financiamentos						
Empréstimos	43.931	136.216	216.770	396.917	-	396.917
Financiamentos à exportação	12.575	221.276	1.110.134	1.343.985	-	1.343.985
Financiamentos em moedas estrangeiras	22.793	1.796	-	24.589	-	24.589
Total	79.299	359.288	1.326.904	1.765.491	-	1.765.491
Outros ativos com risco de crédito						
Adiantamento sobre contrato de câmbio	317.311	701.698	527.961	1.546.970	-	1.546.970
Cessão de recebíveis sem coobrigação	1.711.957	8.866	-	1.720.823	19	1.720.842
Cédula de Produto Rural	9.236	96.646	200.342	306.224	-	306.224
Nota Comercial	-	-	1.068.312	1.068.312	-	1.068.312
Cartão de crédito - compra à vista	1.792	-	-	1.792	-	1.792
Total	2.040.296	807.210	1.796.615	4.644.121	19	4.644.140
Total geral	2.119.595	1.166.498	3.123.519	6.409.612	19	6.409.631

12. Carteira de operações sujeitas à provisão para perdas esperadas

a. Composição da carteira expandida por estágios

	31/12/2025					
	Valor contábil bruto			Provisão para	perdas esperadas	
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total		
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez						
Operações compromissadas	1.158.354	-	-	1.158.354	-	
Aplicações em depósitos interfinanceiros	924.050	-	-	924.050	(55)	
Aplicações em moeda estrangeira	271.234	-	-	271.234	-	
Total	2.356.638	-	-	2.356.638	(55)	
Empréstimos e financiamentos						
Empréstimos	330.832	66.085	-	396.917	(3.107)	
Financiamentos a exportação	1.343.985	-	-	1.343.985	(15.037)	
Financiamentos em moedas estrangeiras	24.598	-	-	24.598	(63)	
Total	1.699.406	66.085	-	1.765.491	(18.207)	
Outros ativos com risco de crédito						
Adiantamento sobre contrato de câmbio	1.497.508	49.463	-	1.456.971	(9.640)	
Cessão de recebíveis sem coobrigação	1.702.745	96	-	1.702.745	(1.329)	
Cédula de Produtor Rural	306.224	-	-	306.224	(3.333)	
Nota Comercial	1.068.312	-	-	1.068.312	(12.054)	
Cartão de crédito - compra à vista	1.698	94	-	1.792	-	
Total	4.594.487	49.653	-	4.644.140	(26.356)	
Outros ativos						
Depósitos Judiciais	23.382	-	-	23.382	(11)	
Total	23.382	-	-	23.382	(11)	
Total Geral	8.673.913	115.738	-	8.789.651	(44.629)	

	01/01/2025 (balanço de abertura)					
	Valor contábil bruto			Provisão para	perdas esperadas	
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total		
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez						
Operações compromissadas	1.493.230	-	-	1.493.230	-	
Aplicações em depósitos interfinanceiros	566.849	-	-	566.849	(500)	
Aplicações em moeda estrangeira	312.015	-	-	312.015	(1)	
Total	2.372.094	-	-	2.372.094	(501)	
Empréstimos e financiamentos						
Empréstimos	240.388	20.140	6.575	267.103	(2.587)	
Financiamentos a exportação	1.634.744	-	-	1.634.744	(13.727)	
Financiamentos em moedas estrangeiras	19.923	-	-	19.923	(64)	
Total	1.895.055	20.140	6.575	1.921.770	(16.378)	
Outros ativos com risco de crédito						
Adiantamento sobre contrato de câmbio	1.174.236	1.642	-	1.175.878	(6.251)	
Cessão de recebíveis sem coobrigação	1.034.479	-	-	1.034.479	(431)	
Cédula de Produtor Rural	175.170	-	-	175.170	(1.225)	
Nota Comercial	1.185.917	-	-	1.185.917	(12.731)	
Cartão de crédito - compra à vista	332	-	-	332	-	
Total	3.570.134	1.642	-	3.571.776	(20.638)	
Outros ativos						
Depósitos Judiciais	17.893	-	-	17.893	-	
Total	17.893	-	-	17.893	-	
Total Geral	7.855.176	21.782	6.575	7.833.	(37.516)	

b. Transferências entre estágios da carteira expandida e da provisão para perdas esperadas

	Ativos não-problemáticos				Ativos problemáticos	
	Estágio 1		Estágio 2		Estágio 3	
	Valor contábil bruto	Provisão para perdas esperadas	Valor contábil bruto	Provisão para perdas esperadas	Valor contábil bruto	Provisão para perdas esperadas
Em 01 de Janeiro de 2025	8.422.025	(35.619)	21.782	(22)	6.575	(1.875)
Transferências de instrumentos financeiros	(312.805)	1.527	312.805	(1.527)	-	-
- Transferências do estágio 1 para estágio 2	(312.805)	1.527	312.805	(1.527)	-	-
- Transferências do estágio 2 para estágio 1	-	-	-	-	-	-
- Transferências para o estágio 3	-	-	-	-	-	-
- Transferências do estágio 3	-	-	-	-	-	-
Concessões / (liquidações) / outras movimentações (1)	1.131.542	(9.920)	(218.849)	932	(6.575)	(1.875)
Baixas e prejuízo	-	-	-	-	-	-
Em 31 de Dezembro de 2025	8.673.913	(44.012)	115.738	(617)	-	-

(1) Outras movimentações incluem variação cambial, apropriação de juros e remensuração da provisão para perdas esperadas.

c. Composição dos compromissos de crédito e garantias financeiras prestadas por estágios

	31/12/2025					
	Valor contábil bruto			Provisão para	perdas esperadas	
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total		
Compromissos de crédito e garantias financeiras prestadas						
Compromissos de crédito	550.087	3.907	-	553.994	(155)	
Garantias financeiras prestadas	466.914	132.956	-	599.870	(2.690)	
Total	1.017.001	136.863	-	1.153.864	(2.845)	
Compromissos de crédito e garantias financeiras prestadas						
Compromissos de crédito	580.077	-	-	580.077	(129)	
Garantias financeiras prestadas	789.961	-	-	789.961	(80)	
Total	1.370.038	-	-	1.370.038	(209)	

d. Garantias financeiras prestadas

	31/12/2025		01/01/2025	
	Valor contratado	Receita a apropriar	Valor contratado	Receita a apropriar
	bruto	esperadas	bruto	esperadas
Tipos de Garantia	1.370.038	(209)	-	-
Vinculadas a Licitações, Leilões, Prestação de Serviços ou Execução de Obras	115.209	474	400.744	6.747
Vinculadas ao Fornecimento de Mercadorias	65.615	478	57.767	228
Aval ou Fiança em Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscal	8.074	269	1.252	29
Outras Garantias Financeiras Prestadas	410.972	3.115	330.198	1.694
Total	599.870	4.336	789.961	8.698
Provisão para perdas esperadas com garantias financeiras prestadas	-	2.690	-	(80)
Garantias Financeiras Prestadas	-	7.026	-	8.778

e. Transferências entre estágios dos compromissos de crédito e garantias financeiras prestadas

	Estágio 1		Estágio 2		Estágio 3	
	Valor contábil bruto	Provisão para perdas esperadas	Valor contábil bruto	Provisão para perdas esperadas	Valor contábil bruto	Provisão para perdas esperadas
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 1	Estágio 2
Em 01 de Janeiro de 2025	1.370.038	(209)	-	-	-	-
Transferências de instrumentos financeiros	(251.382)	390	251.382	(390)	-	-
- Transferências do estágio 1 para estágio 2	(251.382)	390	251.382	(390)	-	-
- Transferências do estágio 2 para estágio 1	-	-	-	-	-	-
- Transferências para o estágio 3	-	-	-	-	-	-
- Transferências do estágio 3	-	-	-	-	-	-
Concessões / (liquidações) / outras movimentações (1)	(101.655)	(680)	(114.519)	(1.956)	-	-
Baixas e prejuízo	-	-	-	-	-	-
Em 31 de Dezembro de 2025	1.017.001	(499)	136.863	(2.346)	-	-

(1) Outras movimentações incluem variação cambial, apropriação de juros e remensuração da provisão para perdas esperadas.

f. Movimentação da provisão para perdas esperadas

	31/12/2025		01/01/2025	
	Valor	Provisão para perdas esperadas	Valor	Provisão para perdas esperadas
Em 01 de Janeiro de 2025	1.370.038	(209)	-	37.725
Constituição líquida da provisão para perdas esperadas	(251.382)	390	251.382	17.977
Reversão de provisão para perdas esperadas	-	-	-	(8.229)
Em 31 de Dezembro de 2025	1.017.001	(499)	136.863	47.473

g. Instrumentos financeiros renegociados e reestruturados

Não houve instrumentos financeiros renegociados ou reestruturados ao longo do período compreendido nessa demonstração financeira.

13. Outros ativos e outros passivos

A composição dos saldos de outros ativos e outros passivos está demonstrada a seguir:

	31/12/2025		01/01/2025	
	Circulante	Longo Prazo	Circulante	Longo Prazo
	0-90	91-365	0-90	91-365
Outros créditos				
Adiantamentos e antecipações salariais	464	-	137	-
Depósitos Banco Central do Brasil	88.845	-	440.614	-
Devedores por depósitos e bloqueios em garantia (1)	-	23.382	-	17.893
Valores a receber de sociedades ligadas (2)	18.831	-	19.380	-
Valores a receber de clientes	466	-	5.040	-
Outros	8.550	-	10.468	-
Total	117.156	23.382	475.639	17.893
Outras obrigações				
Provisão para pagamentos a efetuar (3)	89.824	16.127	80.882	16.095
Valores a pagar a sociedades ligadas (4)	13.917	-	11.302	-
Impostos e contribuições a recolher	34.636	-	15.408	-
Operações do exterior a cumprir	110.498	-	9.442	-
Passivo de arrendamento (5) (a)	4.356	23.005	-	-
Outras	17.123	643	42.975	-
Total	270.354	39.775	160.009	16.095

- (1) O Banco mantém valores depositados em juízo, determinados por diversas instâncias judiciais, aguardando a decisão definitiva desses processos. Este montante é composto, materialmente, por processos fiscais de imposto de renda e contribuição social, cujas provisões estão apresentadas na nota explicativa 27.
- (2) Composto por serviços prestados a empresas do Grupo HSBC no exterior, incluindo serviços de estruturação e originação de operações, dentre outros.
- (3) Referem-se principalmente a provisões para despesas de pessoal, incluindo encargos.
- (4) Valores a pagar de serviços de desenvolvimento de sistemas e infraestrutura tecnológica fornecidos por empresas do Grupo HSBC.
- (5) Refere-se ao contrato de locação da sala comercial registrado pelo Resolução CMN nº 4.975, a partir de junho de 2025.

a. Movimentação do passivo de arrendamento

	01/01/20
--	----------



Banco HSBC S.A.

Av. Juscelino Kubitschek, 1.909, 19º Andar - Torre Norte - São Paulo
CNPJ Nº 53.518.684/0001-84
www.hsbc.com.br

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

Em 22 de março de 2023 foi realizada emissão de letra financeira perpétua elegível a Capital Adicional Nível 1 (AT1), no valor de R\$524.670 e com remuneração pós-fixada de CDI + 3% a.a. Essa emissão refere-se a dívida subordinada perpétua, não conversível, com opção de recompra pelo Banco HSBC a partir de 5 anos, com características de *write-off* acionadas por níveis definidos de índices de capital nas regras locais de Capital, com pagamentos de cupom sujeitos à geração de resultados positivos pelo Banco e/ou conforme critério de órgãos reguladores. Essa captação é destinada a composição do Capital Adicional Nível 1 (Capital Complementar) do Banco, nos termos da Resolução CMN nº 4.955 e dos artigos 6º e 7º da Resolução CMN nº 5.007, os recursos oriundos da emissão tem como principal objetivo o aumento do limite de exposições concentradas possibilitando melhor atendimento aos clientes alvo do Banco HSBC S.A. e poderão ser utilizados também para fins corporativos gerais, desde que observadas as normas prudenciais estabelecidos pelo CMN e pelo BCB.

Esse instrumento foi adquirido pela entidade HSBC Latin America Holdings (UK) Limited e externalizado ao mercado através de uma estrutura envolvendo HSBC Holdings plc.

17. Obrigações por empréstimos e repasses

	31/12/2025			01/01/2025
	Circulante	Longo prazo	Saldo	Saldo
Empréstimos no Exterior - Exportação - ligadas	955.447	587.673	1.543.120	1.172.337
Empréstimos no Exterior - Importação - ligadas	24.589	-	24.589	19.923
Obrigações por repasses do Exterior - ligadas	233.183	1.101.711	1.334.894	1.476.468
Outras obrigações	85.830	424.377	510.207	-
Total	1.299.049	2.113.761	3.412.810	2.668.728

18. Transações com partes relacionadas

O banco mantém operações com partes relacionadas no curso normal de seus negócios, incluindo captações e demais transações financeiras com entidades ligadas no exterior, as quais são refletidas nas rubricas patrimoniais e de resultados correspondentes.

As operações com partes relacionadas são contratadas segundo parâmetros definidos pela Administração, observadas as características específicas de prazo, moeda, risco, garantias e demais condições de cada operação.

Os saldos e os efeitos no resultado dessas transações estão apresentados a seguir:

	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 01/01/2025
Ativos		
Disponibilidades	299.774	81.628
Aplicações em moeda estrangeira	271.234	312.015
Carteira de câmbio	173.919	151.240
Valores a receber de sociedades ligadas	18.831	19.380
Total	763.758	564.263
Passivos		
Depósitos à vista	49	494
Depósitos a prazo	21.969	7.184
Empréstimos no Exterior	1.567.709	1.192.259
Carteira de câmbio	361.188	395.459
Obrigações por repasses no exterior	1.334.894	1.476.468
Outras obrigações	85.830	-
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	569.896	558.706
Valores a pagar a sociedades ligadas	13.811	11.302
Total	3.955.346	3.641.872

	Saldo em 31/12/2025
Receitas da Intermediação Financeira	
Resultado de compromissadas e Aplicações Interfinanceiras	10.164
Resultado de Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	244.219
Despesas da Intermediação Financeira	
Resultado de Captações no Mercado	(92.241)
Resultado de Empréstimo e Repasses	(137.402)
Variações Cambiais (Líquidas)	328.644
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	
Receitas de Prestação de Serviços	72.788
Outras Despesas Administrativas	(46.491)
Outras Receitas Operacionais	1.845

O Banco tem o seguinte acionista:

	% Participação	
	31/12/2025	01/01/2025
HSBC Brasil Holding S.A.	100	100
Total	100	100

a. Remuneração do pessoal-chave da Administração

Os montantes referentes à remuneração do pessoal-chave da Administração estão apresentados abaixo:

	2025
Benefícios de curto prazo (*)	16.220
Benefícios pós-emprego - contribuição definida	797
Remuneração baseada em ações (Nota 22)	8.659
Total	25.677

(*) Os benefícios de curto prazo são compostos pela remuneração fixa do período, bem como pela remuneração variável, provisionada no ano base e paga no ano corrente.

19. Capital social, reservas e dividendos

O capital social em 31 de dezembro de 2025 era de R\$ 1.115.890 (em 31 de dezembro de 2024 era de R\$ 1.038.778), representado por 964.380.506 ações ordinárias e nominativas (935.148.730 ações em 31 de dezembro de 2024), sem valor nominal.

Em 29 de dezembro de 2025 foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento do capital social do Banco HSBC S.A. totalmente subscrito e integralizado no valor de R\$ 77.112 mediante a emissão de 29.231.776 novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. O referido aumento ocorreu mediante a capitalização de créditos detidos pela acionista relativos a juros sobre capital próprio declarados na mesma data. O aumento ora aprovado em assembleia está sujeito à homologação pelo Banco Central do Brasil.

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório, tanto sob a forma de dividendos quanto de juros sobre capital próprio, correspondente a 25% do Lucro Líquido do período, deduzido da Reserva Legal (Lucro Líquido ajustado).

Também em Assembleia Geral Extraordinária realizada dia 29 de dezembro de 2025, foi aprovada a distribuição de R\$ 115.000 a título de juros sobre capital próprio em razão de variação pro rata die da taxa de juros de longo prazo (TJLP) sobre as contas de patrimônio líquido da Companhia do ano-calendário de 2025, sendo o valor líquido imputado ao dividendo obrigatório. Esse valor representa uma distribuição de mais de 50% do Lucro Líquido ajustado no montante de R\$0,12 por ação.

Em 31 de dezembro de 2025, do Lucro Líquido de R\$ 216.192 foram destinados R\$ 10.810 para Reserva Legal e o saldo remanescente de R\$ 205.382 para Reserva Estatutária. Adicionalmente foi destinado R\$ 11.994 de lucros acumulados provenientes dos ajustes de adoção inicial da Res. 4.966 para Reserva Estatutária.

A Reserva Estatutária visa à manutenção da margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas do Banco.

20. Receita de prestação de serviços e comissões

	2025
Comissões de empresas ligadas (*)	72.788
Comissão por assessoria financeira	45.578
Comissão de garantia	11.553
Tarifas	6.611
Comissão por intermediação de operações	1.275
Comissões comerciais e sobre serviços (outras)	1.281
Comissões sobre serviços de pagamento	429
Total	139.515

(*) Corresponde à prestação de serviços a empresas do Grupo HSBC localizadas em outros países, tais como atividades de suporte de crédito, assessoria financeira e serviços de originação, estruturação, execução e administração de produtos da carteira de atacado. O maior saldo corresponde a serviços prestados ao HSBC Europa Inc. no montante de R\$ 11.423

21. Despesas de pessoal

	2025
Despesas de pessoal - Proventos	(100.651)
Despesas de pessoal - Encargos Sociais	(41.588)
Despesas de pessoal - Benefícios	(17.273)
Despesas de pessoal - Treinamento	(111)
Despesas de remuneração de estagiários	(1.536)
Total	(161.159)

22. Pagamento baseado em ações

Em 31 de dezembro de 2025 foi reconhecido R\$ 12.455 em Despesa de Pessoal no Banco em relação às transações de pagamentos baseados em ações. Essa despesa, mensurada com base no valor justo das transações de pagamentos baseados em ações, decorre de acordos celebrados com certos colaboradores do Banco em conformidade com a estrutura de remuneração da empresa. Os prêmios em ações são concedidos com base nas ações do HSBC Holdings plc.

Cálculo do valor justo

O valor justo dos prêmios ao término de cada período é calculado com base no valor de mercado das ações da HSBC Holdings, convertido em reais.

Prêmios em ações para situações restritas

Prêmios em ações para situações restritas são concedidos para empregados com base em desempenho, potencial e necessidade de retenção, em recrutamentos ou como parte diferida do bônus anual. Os prêmios são concedidos em linha com o desempenho financeiro do Grupo HSBC e geralmente tornam-se em direito entre um e quatro anos contados da data da concessão, considerando-se que os titulares estiveram empregados no Grupo HSBC no período. O diferimento da remuneração variável segue o requerido pela Resolução CMN nº 5.177/2024.

	31/12/2025	01/01/2025
Saldo inicial do exercício/período	Quantidade de ações	Quantidade de ações
Concedidas no período	335.616	285.491
Liberadas no período	114.390	197.496
Transferências/(baixadas) no período	(174.198)	(137.902)
Saldo final do exercício/período	(3.807)	(9.469)
	272.001	335.616

A média ponderada do valor justo dos prêmios baseados em ações, concedidos pelo Banco em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 86,24 (R\$ 60,93 em 01 de janeiro de 2025).

O passivo constituído em 31 de dezembro de 2025 referente às transações de pagamentos baseados em ações foi de R\$ 23.059 (R\$ 20.426 em 01 de janeiro de 2025).

23. Outras despesas administrativas

A composição de outras despesas administrativas está demonstrada conforme segue:

	2025
Processamento de dados	(48.935)
Despesa de depreciação e amortização	(32.475)
Serviços do sistema financeiro	(28.923)
Serviços de terceiros	(15.635)
Serviços técnicos especializados	(3.326)
Aluguel do escritório	(3.178)
Condomínio	(2.753)
Promoções e relações públicas	(2.524)
Manutenção predial	(2.514)
Despesas de comunicações	(1.988)
Despesas com viagens	(1.727)
Doações	(1.253)
Prêmios de seguros	(1.068)
Material	(547)
Contribuições a associações e sindicatos	(341)
Publicações	(205)
Impairment de ativos intangíveis	(13)
Outras	(4.829)
Total	(152.234)

24. Despesas Tributárias

A composição das despesas tributárias está demonstrada conforme segue:

	2025
Despesas de contribuição ao COFINS	(26.968)
Despesas de contribuição ao PIS/PASEP	(4.548)
Outras despesas tributárias	(17.023)
Total	(48.539)

25. Outras receitas e despesas operacionais

A composição de outras receitas e outras despesas operacionais está demonstrada da seguinte forma:

	2025
Outras receitas operacionais	
Recuperação de encargos e despesas	6.112
Atualização monetária de depósitos judiciais	1.889
Recuperação de despesas de TI	1.845
Variação monetária sobre impostos	581
Outras	1.474
Total	11.901
Outras despesas operacionais	
Perda operacional (*)	(14.837)
Constituição de contingências	(3.881)
Atualização monetária sobre contingências	(468)
Despesa com comissão	(56)
Outras	(3.394)
Total	(22.636)

(*) Refere-se majoritariamente à perda operacional por conta do incidente relacionado ao PIX comentando na seção de lucros recorrentes.

26. Imposto de renda e contribuição social

a. Os ativos fiscais correntes e diferidos do período

	31/12/2025		01/01/2025	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Imposto de renda a compensar e recuperar	1.642	-	315	-
Créditos tributários (Nota 26e)	-	107.176	-	109.636
Total	1.642	107.176	315	109.636

b. As obrigações fiscais correntes e diferidas do período

	31/12/2025		01/01/2025	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Provisão para tributos diferidos (Nota 26e)	-	94.393	-	74.993
Provisão para impostos e contribuições sobre lucros	10.301	-	8.455	-
Total	10.301	94.393	8.455	74.993

c. Encargos devidos sobre as operações do período

	2025
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social (após participações no lucro)	272.981
Imposto de renda e contribuição social (*)	(122.841)
Adições e exclusões permanentes	63.579
Incentivos Fiscais e adicional de Imposto de Renda	1.415
Impostos de anos anteriores	1.058
Imposto de renda e contribuição social devidos sobre o resultado do exercício	(56.789)

(*) O imposto de renda foi calculado utilizando-se a alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% (quando aplicável), e a contribuição social foi calculada em 2025 à alíquota de 20% sobre o lucro antes do imposto de renda.

Os créditos tributários foram calculados à alíquota de 25% de imposto de renda e 20% de contribuição social em 2025.

d. Composição da conta de despesas com imposto de renda e contribuição social

	2025
Impostos correntes	
Imposto de renda e contribuição social devidos	(51.595)
Impostos diferidos	
Constituição/realização no exercício, sobre adições e exclusões temporárias	13.991
Constituição/utilização no exercício, de saldos de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social	(19.185)
Total	(56.789)

e. Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldos em 01/01/2025	Constituição	Realização	Saldos em 31/12/2025
Imposto de renda e contribuição social diferido ativo				
Ajuste a valor de mercado de títulos	4.577	-	(4.577)	-
Gratificações e participações no resultado	38.234	32.753	(30.867)	40.120
Provisão de Juros Letra Financeira	15.316	20.352	(15.316)	20.352
Provisão para devedores duvidosos	17.271	8.089	(3.703)	21.657
Provisão para contingências fiscais	7.286	4.171	(2.422)	9.035
Outros	7.766	13.153	(4.907)	16.012
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	90.450	78.518	(61.792)	107.176
Prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social	19.186	-	(19.186)	-
Total dos créditos tributários ativos	109.636	78.518	(80.978)	107.176
Imposto de renda e contribuição social diferido passivo				
Ajuste a valor de mercado de títulos	-	(619)	-	(619)
Ajuste a valor de mercado de instrumentos derivativos	(74.993)	(18.781)	-	(93.774)
Total provisão de tributos diferidos	(74.993)	(19.400)	-	(94.393)
Créditos tributários líquidos	34.643	59.118	(80.978)	12.783



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadão.com.br/publicacoes/>



Banco HSBC S.A.

Av. Juscelino Kubitschek, 1.909, 19º Andar - Torre Norte - São Paulo
CNPJ Nº 53.518.684/0001-84
www.hsbc.com.br

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

f. Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social

Año	31/12/2025					01/01/2025		
	Diferenças temporárias		Prejuízo Fiscal e Base Negativa			Valor Presente	Total	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	Total			
2026	33.366	26.692	-	-	60.058	52.848	48.508	
2027	9.816	7.853	-	-	17.669	13.822	29.722	
2028	5.963	4.770	-	-	10.733	7.429	14.989	
2029	621	497	-	-	1.118	680	8.594	
2030	5.996	4.797	-	-	10.793	5.769	1.830	
2031	1.058	847	-	-	1.905	893	42	
2032	1.336	1.069	-	-	2.405	991	42	
2033	282	226	-	-	508	185	5.180	
2034	845	676	-	-	1.521	488	-	
2035	259	207	-	-	466	132	729	
Total	59.542	47.634	-	-	107.176	83.237	109.636	

O valor presente dos créditos tributários, considerando a expectativa da taxa pré-fixada em Reais, de 13,18% à 13,82% a.a., líquida dos efeitos tributários, é de R\$ 83.237

g. Créditos tributários não ativados

O Banco HSBC S.A. não possuía créditos tributários não ativados em 31 de dezembro de 2025.

27. Passivos contingentes e obrigações legais

O Banco é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões fiscais, cíveis e trabalhistas.

a. Composição das provisões

Contingências fiscais: são constituídas a partir de seus valores médios ou da avaliação individual dos riscos, apurados por consultores jurídicos internos e externos, sendo representadas principalmente por processos judiciais e administrativos envolvendo tributos federais, estaduais e municipais.

As provisões para contingências estão representadas por:

	31/12/2025	01/01/2025
Trabalhistas	593	510
Fiscais	22.187	17.943
Total	22.780	18.453

b. Movimentação das provisões

	Saldo em 01/01/2025	Adições	Utilizações	Reversões	Reclassificações	Saldo em 31/12/2025
Trabalhistas	510	85	-	(2)	-	593
Fiscais	17.943	9.253	(5.009)	-	-	22.187
Total	18.453	9.338	(5.009)	(2)	-	22.780

c. Provisões fiscais

As principais provisões fiscais apresentadas na nota 27.a estão apresentadas abaixo:

	31/12/2025	01/01/2025
Contribuição Social - Constitucionalidade da cobrança / Majoração da alíquota (c.1)	6.889	6.526
Cide sobre remessas ao exterior (c.2)	15.298	11.417
Total	22.187	17.943

(c.1) O montante de R\$ 6.889 (R\$ 6.526 em 01/01/2025) refere-se à ação proveniente da aquisição da operação no Brasil do Bank of Montreal, através da incorporação do grupo CCF em 30 de junho de 2000. Nos termos do contrato de aquisição, essa ação está sujeita a indenização por parte dos vendedores caso a provisão contabilizada atualizada não seja suficiente para a liquidação da causa em caso de perda por trânsito em julgado. Da mesma forma, em caso de ganho pelo HSBC das respectivas causas, as provisões atualizadas estão sujeitas a devolução aos respectivos vendedores.

(c.2) O montante de R\$ 15.2987 (R\$ 11.417 em 01/01/2025) refere-se a tributo com exigibilidade suspensa em mandado de segurança ajuizado em 2021, com o intuito de recuperar a CIDE recolhida sobre remessas de serviços ao exterior, bem como deixar de recolher este tributo em remessas futuras.

d. Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

O Banco mantém estrutura interna de acompanhamento de todos os processos administrativos e judiciais em que a instituição é autora ou ré. Cada processo está suportado por avaliação de sua assessoria jurídica que considera o risco de perda envolvido e classifica o caso como de risco provável, possível ou remoto. Considerados estes pressupostos, os passivos contingentes classificados como perdas possíveis soma no total de R\$ 132.219 (R\$ 118.160 em 01/01/2025), sendo os principais processos relativos a discussões judiciais e administrativas relativas a base de cálculo do ISS no valor de R\$ 71.765 (R\$ 57.678 em 01/01/2025) e a discussão judicial relativa a compensação dos créditos de PIS/COFINS calculados com base na Lei 9.718 no valor de R\$ 55.073 (R\$ 52.801 em 01/01/2025), cuja avaliação de risco se manteve como possível mesmo após o julgamento pelo STF do RE no. 400.479 devido aos casos do HSBC possuírem discussão relativa a coisa julgada e tributação de receitas não decorrentes das atividades principais da entidade, temas não abordados no recente julgamento do STF.

A Diretoria

						Contador
Alexandre de Barros Cruz e Guião	Fábio Aldrighi Caputo	Fábio Weizenmann	Marcelo Fraga Soares	Maurício Trepiche	Nelson Koutaka Miyake	Sergio Luiz Rose CRC PR-064247/O-3 "T" SP

Relatório do Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria (Comitê) do HSBC Brasil foi formalmente constituído através da Ata da Assembleia Geral Extraordinária, de 26 de dezembro de 2017, do Banco HSBC S.A. ("Banco").

Em razão a adequação regulatória advinda com a Resolução 4.910 de 27/05/2021, o Banco HSBC S.A. alterou a composição de membros do seu Comitê de Auditoria e a partir de 02 de janeiro de 2025 passou a contar com dois membros independentes e um diretor estatutário, como membro qualificado.

O Comitê, em conformidade com a Resolução no. 4.910, assessora a Administração no exercício de suas atribuições de supervisão, com base nas informações prestadas pelas áreas internas do Banco, bem como nos trabalhos desenvolvidos pela auditoria externa e nas análises conduzidas no âmbito de suas reuniões. Neste contexto, procede à avaliação das demonstrações financeiras, cuja elaboração é de responsabilidade da administrado do Banco, considerando seu escopo, responsabilidade e período de atuação, assim como do respectivo relatório da auditoria independente recomendando à Diretoria sua aprovação.

Contratação do auditor independente

Como parte de uma organização internacional, as empresas do Grupo HSBC no Brasil utilizam a empresa de auditoria independente definida pela matriz, em Londres ("Matriz"), que é a PRICEWATERHOUSECOOPERS Auditores Independentes ("PWC"). O Comitê de Auditoria avaliou a independência, a qualificação técnica e o atendimento aos requisitos legais e regulamentares aplicáveis no Brasil, tendo concluído pela sua adequação para a prestação de serviços de auditoria independente. Adicionalmente, o Comitê aprovou o planejamento dos trabalhos de auditoria para o ano de 2025, incluindo o escopo, a abordagem e a materialidade adotados.

Revisão prévia das demonstrações financeiras antes de sua publicação

As demonstrações financeiras do Banco foram previamente revisadas e avaliadas pelo Comitê antes de suas publicações, em linha com suas atribuições, considerando o escopo de sua atuação, incluindo a avaliação da adequação das práticas contábeis adotadas e da consistência das informações divulgadas.

Avaliação da eficácia das auditorias

a) Auditoria interna

A Auditoria Interna do Banco segue padrões e planejamento estabelecidos pela Matriz, dispondo de especialistas em determinadas operações bancárias, tais como operações de tesouraria, empréstimos, captações e outras. Para todas as áreas auditadas, são emitidos relatórios formais, os quais são discutidos com os executivos responsáveis pelas ações corretivas e são realizados acompanhamentos das recomendações. A equipe de auditoria do Banco, em conjunto com os especialistas da Matriz, propicia um ambiente de controle conforme requerido pelo Grupo HSBC e pela regulamentação local.

Relatório do auditor independente sobre as Demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas

Banco HSBC S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco HSBC S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em

28. Outras informações

a. Patrimônio de referência exigido (Acordo de Basileia)

O Banco mantém patrimônio líquido compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos nos termos da Resolução CMN nº 4.958/2021 e normas posteriores, conforme demonstrado no Relatório da Administração.

b. Análise de sensibilidade

Os quadros abaixo apresentam a análise de sensibilidade das carteiras de negociação (*trading book*) e não-negociação (*banking book*) por fatores de risco de mercado em 31 de dezembro de 2025.

Carteira de Negociação

Fatores de Risco

Prefixado

Cupom Cambial

Índice de Preços

Total Carteira de Negociação

Cenários		
I	II	III
10	1.043	(8.088)
(2)	(140)	(801)
-	(20)	(10)
8	883	(8.899)
Cenários		
I	II	III
(7)	(552)	(310)
(30)	(2.787)	185
29	2.913	8.373
(8)	(426)	8.248

Para mensurar estas sensibilidades, os seguintes cenários foram aplicados:

Cenário I: Choque paralelo de 1 ponto base para cima nas curvas de juros prefixado em Reais, Cupom de Moedas e Índice de Preços.

Cenário II: Choque paralelo de +100 pontos base para cima nas curvas de juros prefixado em Reais e Índice de Preços e +75 pontos base para as curvas de cupom de Moeda.

Cenário III: Choque na inclinação das curvas prefixada em Reais e Índice de Preços (-50 pontos base para o prazo até 1 ano e +100 pontos base para prazos superiores a 1 ano) e para Cupom de Moedas (-40 pontos base para o prazo até 1 ano e +75 pontos base para prazos superiores a 1 ano).

c. Adoção de novas normas tributárias

As normas e interpretações relacionadas abaixo, aplicáveis ao Banco, entraram em vigor em 1º de janeiro de 2025 ou entrarão em vigor a partir de ou após 1º de janeiro de 2026.

Imposto Mínimo Global - Pilar 2

Em dezembro de 2021, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgou as regras de tributação mínima global no contexto da iniciativa conhecida como Pilar 2 do BEPS 2.0 (Base Erosion and Profit Shifting ou, em português, Erosão da Base e Desvio de Lucros), que determina que entidades do mesmo grupo multinacional com receita anual superior à EUR 750 milhões em suas demonstrações financeiras consolidadas estão sujeitas a uma alíquota mínima de 15% sobre o lucro contábil ajustado de cada jurisdição.

No Brasil a regra foi introduzida pela Lei 15.079, de 27 de dezembro 2024, através da instituição do Adicional da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), e entrou em vigor em 1º de janeiro de 2025.

A regra simplificadora de transição da norma prevê que o Adicional da CSLL não é devido caso a alíquota efetiva simplificada exceda 16% em 2025 e 17% em 2026. As alíquotas do grupo HSBC no Brasil são superiores a 16% em 2025, não sendo necessário o cálculo completo do Adicional da CSLL e ou valores a serem recolhidos.

Reforma Tributária sobre o Consumo

Em 16 de janeiro de 2025 foi publicada a Lei Complementar nº 214/2025 que institui a Reforma Tributária sobre o Consumo e cria o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), com prazo de implementação gradual entre os anos de 2027 e 2033.

Em 13 de janeiro de 2026, foi sancionada a Lei Complementar nº 227/2026 que institui o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CGIBS) e dispõe sobre o processo administrativo tributário do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e sobre a distribuição do produto da arrecadação do IBS aos entes federativos. A norma estabeleceu as alíquotas do IBS/CBS para o regime específico aplicável aos serviços financeiros entre 2027 e 2033, prevendo aumento progressivo de 10,85% para 12,50%.

A Reforma Tributária introduz alterações estruturais na dinâmica econômico e financeira das operações, com potenciais impactos sobre fluxo de caixa, sendo necessária revisão de controles de liquidez e adequação dos modelos de gestão financeira adotados pelas empresas.

O Banco permanece acompanhando a evolução da regulamentação e promovendo as adequações necessárias em processos, sistemas e governança, e avaliando impactos em projeções de resultados para refletir os impactos do novo sistema tributário.

Com base nas avaliações realizadas até o momento os impactos imediatos da implementação da Reforma Tributária são de âmbito operacional e de adaptação tecnológica aos novos requisitos legais, e não há impactos mensuráveis nas demonstrações financeiras do Banco, nem em seus indicadores de capital.

São Paulo, 27 de Março de 2026



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>



Banco HSBC S.A.

Av. Juscelino Kubitschek, 1.909, 19º Andar - Torre Norte - São Paulo
CNPJ Nº 53.518.684/0001-84
www.hsbc.com.br

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Mensuração a valor justo dos instrumentos financeiros derivativos (Notas 3 (e), 8 e 9) A mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é uma área que inclui subjetividade, uma vez que depende de técnicas de avaliação realizadas com base em modelos internos e que envolvem premissas da administração na sua mensuração. Essa foi uma área de foco em nossa auditoria, uma vez que o uso de diferentes técnicas de avaliação e premissas poderiam produzir estimativas de valor justo significativamente diferentes.	Nossos procedimentos incluíram, entre outros, a atualização do entendimento do desenho dos controles internos relacionados aos modelos internos para mensuração dos instrumentos financeiros derivativos. Com o apoio de nossos especialistas em precificação de instrumentos financeiros derivativos, analisamos as principais metodologias de valorização, bem como as premissas significativas adotadas pela administração mediante a comparação com metodologias de mercado. Em base amostral executamos testes de recálculos independentes, de determinadas operações. Analisamos a consistência dessas metodologias com as aplicadas em períodos anteriores. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração na mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros são consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

Outros assuntos - Informações suplementares de 1º de janeiro de 2025

Conforme apresentado na Nota 2 às demonstrações financeiras, foram incluídas informações suplementares de 1º de janeiro de 2025, não auditadas, no balanço patrimonial e na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidos de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração do Banco é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco, a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre e exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.



São Paulo, 27 de março de 2026

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Emerson Laerte da Silva
Contador
CRC 1SP171089/O-3



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadao.ri.estadao.com.br/publicacoes/>